



# Patrimônio cultural, direito à memória e à identidade no noroeste fluminense

Igor Carvalho Castro<sup>1\*</sup>; Taís de Cássia Badaró Alves<sup>2</sup>; Savio da Silva Abreu<sup>3</sup>

*<sup>1</sup>Estudante do curso de Direito da Universidade Iguaçu Campus V; <sup>2</sup>Docente do curso Direito da Universidade Iguaçu Campus V; <sup>3</sup>Docente do curso de História do Centro Universitário São José de Itaperuna.*

[Igorcarvalhalcastro@gmail.com](mailto:Igorcarvalhalcastro@gmail.com)

TIPO DE PROJETO: ( x ) PESQUISA ( ) EXTENSÃO

## Resumo

A preservação do patrimônio cultural permeia a sociedade contemporânea como desafio e perspectiva para o direito à memória e a identidade individual e coletiva. A Constituição de 1988 aborda o tema em seus artigos 215 e 216 e assegura o exercício pleno dos direitos culturais com ênfase no poder público como garantidor e no papel precípua de engajamento da sociedade. Este estudo pretende analisar a eficácia das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural nos municípios que compõem o Noroeste Fluminense e, no mesmo compasso, fomentar a conscientização do papel desempenhado pela comunidade nesse processo de garantias ao direito cultural. O desenho de pesquisa desenvolve-se por meio de abordagem qualitativa com revisão de literatura, análise de documentos e estudo de caso. Examinam-se a Lei Orgânica dos municípios, assim como práticas locais verificadas em centros de preservação do patrimônio. Como resultados parciais observa-se a insuficiência de ações do poder público e a carência de informação sobre o patrimônio cultural que concorre para o maior alheamento da população – o que afeta o sentimento de pertencimento. Conclui-se que o estabelecimento de políticas públicas eficazes por meio das ferramentas constitucionais somada ao incentivo da difusão do tema para a comunidade pode atuar para dirimir os impasses ainda presentes.

**Palavras-Chave:** Políticas Públicas. Direito Cultural. Identidade.

**Instituição de fomento:**